## **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 5 DE NOVEMBRO DE 2.019**

**ATA Nº 10/2.019** – Aos cinco dias do mês de novembro, do ano de dois mil e dezenove, às catorze horas e cinquenta minutos, no auditório da Secretaria Municipal de Controle Interno (SMCI), sita na Rua Sá e Albuquerque, nº 235 – Jaraguá, nesta cidade, compareceram os seguintes membros: Claudivan da Silva Costa (TCU), Fernando Teles de Farias(Arquidiocese de Maceió), Pedro Guido da Silva(ISV), Antônio Estanislau de Oliveira Neto (PMM/SMCI-Maceió), Thyago Sampaio(UFAL), José Carlos Castro(MPE/AL), Fábio Soares(IFAL), Rafael Alcântara(MPC), Rodrigo Siqueira Cavalcante(TCE/AL), Moacir Oliveira(CGU), Maria de Fátima Accioly Canuto Wanderlei(CEDDH), Helenice Balbino Silva(SINTEAL), Karla Falcão(APROMAL), **Aldirla Pereira de Albuquerque(MPF), Nadja Peixoto(UNEAL), Adriana Araújo(CGE/AL) e Valéria Bezerra(RFB). Registre-se também, as presenças das Sras. Cláudia Maria Albuquerque Pereira (Escola de Contas Públicas do TCE/AL) e Cláudia Maria L. Rue (Escola de Contas do TCE/AL). Item I da Pauta: Aprovação da Ata da reunião anterior** - A Ata de nosso encontro anterior foi aprovada por unanimidade e sem ressalvas, em seguida ao conhecimento de seu respectivo texto por todos os presentes. **Item II da Pauta: Mensagem da SMCI** – Antecipando-se, o Sr. Coordenador procedeu a apresentação daqueles recém admitidos no Fórum, elogiou a presença de todos e agradeceu a cessão do espaço, ao tempo em que informou ser esta nossa última reunião deste exercício. Já o representante da SMCI, exaltou, igualmente, o comparecimento dos que se fizeram presentes à reunião, destacando, também, a importância do engajamento do órgão por ele representado no FOCCO, bem como a relevância do trabalho exercido, hoje, através do controle externo. **Item III da Pauta: Questões administrativas e comunicações** – **(a) Prêmio FOCCO boas práticas e combate à Corrupção** – Dando ênfase ao que já apresentara em nossa reunião anterior, o Sr. Coordenador mencionou a resolução nº 01/2019, que dispõe sobre a concessão do prêmio a ser outorgado, considerando a importância de nossa atribuição no combate à corrupção, e sua relevância no âmbito social. A missão de julgar, afirmou ele, caberá a comissão executiva e demais membros que tiveram a oportunidade de assistir às palestras, entre as quais, a do Dr. Lucas Carneiro, do MPE/AL, sobre o Projeto Transporte Escolar Legal, e a do Sr. Rodrigo Bittencourt Miranda, da SEFAZ/AL, sobre o Programa de Compliance e Integridade da Secretaria de Fazenda do Estado de Alagoas, considerando os critérios quanto ao impacto social, inovação, replicação e resultados efetivos. **(b) Atualização do sítio do FOCCO** - Aqui, o Sr. Coordenador, ao tempo em que elogiou, agradeceu a eficiência do MPC à frente do processo de atualização do nosso sítio, através da Sra. Andrezza Tavares, de sua assessoria de comunicação. **(c) Deliberação sobre a criação formal da Rede Nacional** – Diante da relevância do Encontro Nacional da Rede de Controle da Gestão Pública, realizado em Salvador, que teve como resultante a unânime opinião dos que dele participaram, de que o combate à corrupção está cada vez mais forte, através da integração entre todos os órgãos de controle, o que favorece muito a atuação nesse enfrentamento, o Sr. Coordenador apresentou o modelo de articulação nacional, através da proposta de adoção de uma Secretaria Executiva, com o mandato de um ano. Aqui, o Sr. José Carlos classificou o projeto como uma boa iniciativa, devido a necessidade de integração dos órgãos partícipes. Seguiram idêntica posição, os demais órgãos presentes, aprovando citada sugestão; à exceção da Controladoria Geral da União, cujo representante se absteve, dizendo da necessidade de ouvir, inicialmente, o entendimento dos setores estratégicos da CGU. Neste instante, após ter ouvido as considerações de todos, o Sr. Claudivan Costa deu como aprovada citada deliberação, contando com a renúncia da CGU. **(d) Estratégia Nacional de Prevenção à Corrupção** – A partir do que fora discutido, e de sua respectiva aprovação de adesão deste Fórum à citada proposta, em nossa última reunião ordinária, cujo objetivo passa pela execução de um plano de mudanças de parâmetros, e da percepção da corrupção em nosso país, o Sr. Coordenador confirmou o que já dissera anteriormente, que a efetividade da citada estratégia, passa pelo aperfeiçoamento das estruturas de prevenção e combate à corrupção nos três poderes e nas três esferas; na melhora do perfil dos gestores públicos e na adoção de boas práticas e revisão dos sistemas de integridade. **Item IV da Pauta: Ação 6: Evento do Dia Internacional contra a Corrupção/Controladoria Geral da União** -Tendo como referência o sucesso do evento de 2.018, ocorrido no Tribunal de Justiça Federal, o Sr. Moacir Oliveira citou os contatos já concretizados, aqui incluídos diversos patrocinadores, a parceria com a prefeitura de Arapiraca, e o apoio de órgãos e instituições do Município, a exemplo do Serviço Social do Comércio(SESC), contando ainda, evidentemente, com a percepção e o comprometimento de toda sociedade arapiraquense na luta contra a corrupção. O acontecimento alcançará seu ápice, através da participação de todos os envolvidos, na caminhada pela cidadania. Foi destacado, também, que amanhã, 6 de novembro, a CGU se fará presente na cidade de Pilar, onde realizará um processo de capacitação em gestão de riscos e governança, a nível de assessoria. Continuando, foi apontada a necessidade de conhecermos, através de um processo de interatividade, os projetos que cada órgão e/ou entidade do FOCCO tem projetado para o próximo exercício. Aqui, o Sr. Pedro Guido disse da conveniência de o MPE apoiar os Conselhos Municipais, visando um melhor controle das políticas públicas. Em resposta, o Sr. José Carlos afirmou que o órgão por ele representado, tem projetado essa incumbência para o ano de 2.021.**Item V da Pauta: Evento do FOCCO/AL, no IFAL. (Sr. Fábio Soares)** - A propósito da programação para o próximo 9 de dezembro, que ocorrerá no IFAL, esta foi apresentada e aprovada pelos presentes, com a observação da representante do MPF, que justificou seu não comparecimento ao evento, afirmando, entretanto, que iria tentar um substituto, para cobrir sua ausência; enquanto outros órgãos e entidades, a exemplo da CGE, confirmaram suas presenças. **Item VI – Ação 5 Induzir a melhoria da Governança, Integridade e Eficiência da Gestão [Avaliação dos Portais de Transparência da AP] – Dra. Aldirla Pereira de Albuquerque – Procuradora do Ministério Público Federal. - Citado processo de indução, acontece a partir da atuação do MPF nas questões relacionadas ao cumprimento das Leis de Acesso à Informação e da Transparência por parte dos municípios alagoanos, possibilitando o acompanhamento dos gastos públicos, o controle institucional e o controle social, com o objetivo de prevenir e combater a corrupção. É através da alimentação adequada dos Portais de Transparência, que os órgãos de controle e os cidadãos em geral, têm acesso a informações que lhes permitirão fiscalizar com mais efetividade as ações governamentais. Foi informado que 64(sessenta e quatro) de nossos municípios deixaram de cumprir com referida obrigatoriedade, o que levou o MPF a ajuizar ações, através das quais foram firmados Termos de Ajuste de Conduta(TAC) entre referidos municípios e o MPF, com homologação judicial. A partir daqui, aconteceram algumas intervenções: O Sr. Claudivan Costa registrou as dificuldades encontradas nos referidos Portais de Transparência, quanto à fiscalização do FUNDEF/FUNDEB; enquanto o Sr. Rodrigo Siqueira, a despeito dos problemas levantados e das dificuldades operacionais existentes, afirmou que já existe uma evolução quanto ao cumprimento da LAI. Já o Sr.** Rafael Alcântara disse da relevância do acompanhamento, quanto à observância do cumprimento da relação transparência pública e o Índice de Desenvolvimento Humano(IDH), de cada município. Dando sequência, o Sr. Moacir Oliveira destacou a importância da prevenção, defendendo o uso de tecnologia para enfretamento da corrupção, a exemplo da ferramenta “Alice”, que vem contribuindo no planejamento de ações de controle da CGU. Aqui, o Sr. José Carlos voltou a insistir, respeitando-se as competências de cada um, na imposição do processo de interação entre os órgãos de controle. Afirmou ele, ainda, a necessidade de se educar a população, desde o ensino fundamental até as Universidades, quanto a importância do recolhimento dos impostos. Neste ponto, o Sr. Rodrigo Siqueira parabenizou o trabalho desenvolvido pelo MPF, através da Sra. **Aldirla Pereira. Concluindo as manifestações na presente pauta, a Sra.** Karla Falcão elogiou, igualmente, o trabalho da representante do MPF, ao tempo em que destacou as dificuldades encontradas pela Associação dos Procuradores de Municípios do Estado de Alagoas(APROMAL), para a consecução de seus objetivos, citando como fundamento a ausência de procuradores concursados. Por fim, destacou a importância e a força do FOCCO, através da integração de seus diversos órgãos e instituições. **Item VII – Ação 5 Induzir a melhoria da Governança, Integridade e Eficiência da Gestão-[Orientação de gestores e servidores municipais – Escola de Contas do TCE/AL.] (Encerramento da I Jornada Itinerante de Formação e Aperfeiçoamento Intermunicipal e a Comemoração dos 30 anos da Convenção dos Direitos das Crianças e Adolescentes, com a participação especial da UNICEF).** A iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas(TCE/AL) e da Escola de Contas aconteceu no Centro de Convenções Ruth Cardoso, contando com a participação dos prefeitos alagoanos. Neste momento, foi afirmado que a jornada teve como objetivo desenvolver e disseminar conhecimentos, quanto a correta aplicação dos recursos públicos, tendo como foco a educação nos municípios alagoanos, e que durante o evento, o Governo do Estado e a UNICEF assinaram o Termo de Adesão à estratégia “Busca Ativa Escolar”, metodologia social e, ao mesmo tempo, ferramenta tecnológica. que visa apoiar estados e municípios no enfrentamento da exclusão escolar. Aqui, o Sr. Coordenador apontou a receptividade dos municípios ao projeto, que conta com o apoio dos órgãos de controle; enquanto o Sr. Pedro Guido afirmou que a educação deve se encontrar entre as prioridades a serem oferecidas à população. Já o Sr. José Carlos, disse não aprovar a decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, de suspender investigações que usem dados de órgãos de controle, a exemplo do Conselho de Controle de Atividades Financeiras(COAF) e da Receita Federal, bem como a descriminalização dos crimes (2ª Instância), que levarão à evolução destes, a despeito do processo de capacitação antes citado. A Sra. Karla Falcão, concluindo, citou a necessidade de um melhor aproveitamento dos funcionários efetivos, nos cursos realizados pela Escola de Contas. **Item VIII da Pauta: Ação 4: Precatórios do FUNDEF** - **Informações sobre processos e decisões do TCU recentes** - Diante do que já se discutira em nossas reuniões, o TCU reitera a proibição do emprego de precatórios do FUNDEF, estimados em mais de 90 bilhões de reais, para o pagamento de advogados e professores, firmando o entendimento de que referidos recursos devem ser destinados, exclusivamente, à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica. Foi confirmado, ainda, que em recente processo de auditoria, foram constatadas, além da contratação de escritórios de advocacia com a estipulação de altos percentuais a título de honorários, pagamentos de passivos previdenciários e, também, de remunerações ordinárias de profissionais do magistério. **Item IX da Pauta: Tema livre** - Face os argumentos apresentados sobre as dificuldades, hoje, enfrentadas pelos procuradores municipais no exercício da profissão, devido à carência de referidos agentes em diversas cidades de nosso Estado, foi recomendada a elaboração de uma minuta pela APROMAL, sugerindo aos municípios a realização de concursos para citada categoria. **Item X da Pauta: Definição dos locais das próximas reuniões e encerramento** - Devido ao nosso período de recesso, o Sr. Coordenador agradeceu a valiosa colaboração dos membros do FOCCO, na defesa dos princípios que nortearam nossos propósitos no presente exercício, ao tempo em que desejou a todos(as) votos de Boas Festas e um Feliz Ano Novo. Quanto ao local da próxima reunião, esta deverá acontecer na sede do Tribunal de Contas da União(TCU), já no dia 4 de fevereiro de 2.020, 1ª terça-feira do mês. Não havendo mais nada a ser discutido, foi encerrada a reunião às 18 horas, com o Sr. Claudivan Costa reiterando o agradecimento pela presença de todos, bem como a cessão do espaço à SMCI. Assinam a Ata os Srs. Claudivan da Silva Costa – Coordenador e Fernando Teles de Farias – Secretário, juntamente com os demais membros presentes.

**CONTINUAÇÃO DA ATA Nº 10/2.019, DE 05/11/2.019.**

Claudivan da Silva Costa

Coordenador

Fernando Teles de Farias

Secretário

Pedro Guido da Silva

ISV

Antônio Estanislau de Oliveira Neto

PMM/SMCI-Maceió

Thyago Sampaio

UFAL

José Carlos Castro

MPE/AL

Fábio Soares

IFAL

Rafael Alcântara

MPC

Rodrigo Siqueira Cavalcante

TCE/AL

Moacir Oliveira

CGU

Maria de Fátima Accioly Canuto Wanderlei

CEDDH

Helenice Balbino Silva

SINTEAL

Karla Falcão

APROMAL

**Aldirla Pereira de Albuquerque**

**MPF**

**Nadja Peixoto**

**UNEAL**

**Adriana Araújo**

**CGE/AL**

**Valéria Bezerra**

**RFB**

**Cláudia Maria Albuquerque Pereira**

**Escola de Contas Públicas do TCE/AL**

**Cláudia Maria L. Rue**

**Escola de Contas do TCE/AL**